



## **26 DE MAIO DE 2011**

### **Quinta - feira**

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **PREJUÍZO COM A GREVE SOMA R\$ 425 MILHÕES**
- **O DIPLOMA FAZ TODA A DIFERENÇA**
- **HOMENS GANHAM ATÉ 51% MAIS QUE MULHERES**
- **MOVIMENTO FOI TÍMIDO EM CURITIBA**
- **ACORDO COM A ARGENTINA VAI DEMORAR, AFIRMA MINISTRO**
- **SANTANDER E ITAÚ TERÃO DE RESTITUIR CLIENTES**
- **GOVERNO PROPÕE ZERAR ALÍQUOTA DO INSS**
- **FERROESTE TEM OITO PROPOSTAS PARA ESTUDO**
- **GOVERNO PREVÊ DIFICULDADE PARA MUDAR O CÓDIGO**
- **INADIMPLÊNCIA DAS EMPRESAS CAI 7,9% EM ABRIL**
- **GREVE NA VOLKS CAMINHA PARA SER A MAIOR DA HISTÓRIA DA UNIDADE**
- **CRESCER A OFERTA DE VAGAS NO PR, MAS SALÁRIOS FICAM ABAIXO DA MÉDIA**
- **FAZENDA OBTÉM ACORDO DE R\$ 80 MIL COM EMPRESAS DEVEDORAS**
- **PETROBRAS CANCELA ACORDOS COM BERTIM**
- **POUPANÇA PODE SECAR JÁ EM 2012**
- **ELETRONORTE NÃO PODE PAGAR DÍVIDA COM PRECATÓRIOS**
- **CNI DIVULGA SONDAÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL**
- **DESONERAÇÃO TOTAL DA FOLHA DE PAGAMENTO**
- **CHINESAS: NOVA CHANCE DE NEGÓCIOS PARA CONCESSIONÁRIOS**

- **CHINA NÃO DIVULGA DADOS SOBRE A PRODUÇÃO DE AÇO**
- **CAPACITAÇÃO DA INDÚSTRIA DE FERRO GUSA É TEMA DE SEMINÁRIO SOBRE INOVAÇÃO.**
- **IR - PESSOA FÍSICA - QUOTA DO IRPF COM VENCIMENTO EM 31/5 TERÁ 1% DE JUROS**
- **PROJETO DE LEI - FUNCIONÁRIO QUE TRABALHA EM CASA PODERÁ TER DIREITOS TRABALHISTAS PREVISTOS NA CLT**
- **REFORMA TRIBUTÁRIA - EQUIPE ECONÔMICA REJEITA PROPOSTA DE ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS PARA ICMS INTERESTADUAL**
- **DIREITO CONSTITUCIONAL - ACIDENTES DE TRABALHO: STF REAFIRMA JURISPRUDÊNCIA SOBRE COMPETÊNCIAS**
- **SALÁRIO-FAMÍLIA - PARA MANTER O BENEFÍCIO, EMPREGADOR DEVE SOLICITAR COMPROVANTE DE FREQUÊNCIA ESCOLAR**

<b>Câmbio</b> Em 26/05/2011		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	1,623	1,625
<b>Euro</b>	2,300	2,303

Fonte: BACEN

## Prejuízo com a greve soma R\$ 425 milhões

26/05/2011- Gazeta do Povo

A greve dos trabalhadores da Volkswagen em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, já é a mais longa da história da unidade paranaense da montadora. Diante do impasse em torno das negociações do valor da participação nos lucros e resultados (PLR), uma assembleia realizada na tarde de ontem, na porta da fábrica, decidiu por manter a paralisação, que entra hoje no seu 22.º dia, superando a campanha salarial de 2009, que durou 21 dias.

Segundo cálculos do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), desde o início da greve a fabricante deixou de produzir 12.960 veículos dos modelos Fox, CrossFox, Fox Europa e Golf, o que teria totalizado, até hoje, um prejuízo de R\$ 425 milhões para a montadora.

Os trabalhadores da VW reivindicam o valor de R\$ 6 mil nas parcelas da PLR do primeiro e segundo semestres e rejeitam a proposta da montadora, de R\$ 4,6 mil para a primeira parcela e de discutir posteriormente o valor da segunda. A diferença de R\$ 2,8 mil no valor da PLR que seria paga a cada um dos 3,7 mil funcionários da unidade teria um impacto imediato de R\$ 10,3 milhões no caixa da empresa, sem contar outros encargos e impostos trabalhistas.

Nas outras montadoras da RMC, a Volvo fechou acordo com os trabalhadores aceitando a proposta de PLR de R\$ 15 mil. A primeira parcela, de R\$ 7 mil, já foi paga. Os trabalhadores da Renault também fecharam acordo com a montadora, por uma PLR de R\$ 12 mil.

A próxima assembleia dos trabalhadores da Volks está marcada para amanhã. O impasse, no entanto, poderá ser decidido pela Justiça do Trabalho. Desde o início da greve, em 5 de maio, houve duas audiências de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-PR), com a mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT-PR).

Na última reunião, o Sindicato propôs a realização de uma arbitragem, em que as duas partes concordariam em aceitar um valor estabelecido por um promotor do MPT, cuja decisão seria irrecurável, o que não teria sido aceito pela montadora. A disputa, portanto, continua tramitando na Justiça e a próxima audiência está marcada para 6 de junho.

O sindicato acusa a Volks de estar reinvestindo R\$ 2 bilhões de incentivos fiscais do governo paranaense em sua fábrica em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, onde fica a matriz brasileira da montadora. A fábrica paranaense estaria operando 10% acima de sua capacidade, produzindo, desde 2005, 220 mil veículos ao ano, o que teria motivado o afastamento de 600 trabalhadores de chão de fábrica por doenças relacionadas ao trabalho.

A Volkswagen informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não vai se pronunciar.

## O diploma faz toda a diferença

26/05/2011- Gazeta do Povo

O nível de escolaridade é, cada vez mais, o principal fator determinante do salário no mercado de trabalho – um funcionário com curso superior recebe em média 227% mais que aquele que não tem diploma universitário em uma empresa no Paraná,

segundo dados do Cadastro Central de Empresas 2009 (Cempre) divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A diferença mais significativa é na indústria, onde os empregados com nível superior recebem até 333% mais – a média salarial de quem concluiu o ensino universitário é de 9,6 salários mínimos, contra 1,9 salário mínimo dos demais. O comércio é a atividade onde o diploma conta menos, mas, ainda assim, a diferença salarial é expressiva: 169%. “Mais do que o sexo, embora existam ainda diferenças importantes de remuneração entre homens e mulheres, o que determina salários maiores é a escolaridade do empregado”, diz Denise Guichard Freire, gerente de análise do Cempre.

## **Minoria**

Funcionários com nível superior, contudo, ainda são minoria no Paraná. Dos cerca de 1,9 milhão de empregados assalariados em empresas, 91% não tinham ensino superior em 2009, segundo o IBGE. “Esse resultado está diretamente relacionado à distribuição de renda no país e também à oferta de mão de obra. É claro que, se existe uma oferta mais reduzida de pessoas com nível superior, a diferença para a grande massa de trabalhadores com menor escolaridade será maior”, afirma Christian Luiz Silva, professor de Economia da UTFPR.

Em termos nacionais, a desigualdade se repete. Em média, a diferença é de 225% entre os salários dos que têm e dos que não têm diploma. De um montante de 40,2 milhões de trabalhadores assalariados, 33,6 milhões não tinham nível superior (83,5%), contra apenas 6,6 milhões de pessoas com curso superior (16,5%). No entanto, a fatia de trabalhadores que concluíram a faculdade concentrou R\$ 310,6 bilhões, ou 39,7% da massa salarial brasileira.

## **Setores**

“As diferenças salariais são muito significativas em todos os setores da atividade econômica, mas principalmente na indústria, muito mais do que no comércio”, afirma Denise. O setor financeiro e de seguros é o que paga melhor entre as diversas atividades econômicas, justamente porque é também o que tem mais da metade dos seus empregados com ensino superior. Em segundo lugar vem o setor de educação, com uma proporção de 48,5% de profissionais com ensino superior, seguido pela administração pública (41,4%). Na direção contrária, apresentaram baixos níveis de empregados com formação superior as atividades de alojamento e alimentação (2,6%) e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (2,9%).

O levantamento do IBGE também mostra os reflexos da crise econômica sobre o emprego. O Rio Grande do Sul, um dos estados em que a indústria de transformação mais sofreu os efeitos da turbulência econômica, perdeu para o Paraná o posto de quarto lugar na geração de empregos assalariados em empresas. “A mudança foi provocada muito mais pelas dificuldades e pela queda no ritmo de geração de vagas do Rio Grande do Sul do que por um avanço do Paraná. O estado simplesmente manteve a média de geração de 100 mil, 120 mil novas vagas por ano, enquanto o Rio Grande do Sul gerou apenas 50 mil”, diz Denise Guichard Freire.

“O Paraná possui uma forte agroindústria, que teve um bom desempenho nos últimos anos. Além disso, o setor público diminuiu a terceirização e contratou mais trabalhadores, o que aumentou o número de pessoas assalariadas”, diz Cid Cordeiro, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Paraná.

## **Empresa dá incentivos para empregado que busca faculdade**

O coordenador de manufatura Paulo Cesar Candido recebe hoje, em média, 60% mais do que quando começou sua carreira na Volvo e tinha apenas o ensino médio. "Entrei na empresa em 1988 como controlador de materiais. Fiquei dez anos na mesma função, até que em um feedback com o meu chefe ele me incentivou a voltar a estudar, e aí não parei mais", afirma. Além de fazer uma faculdade de Estudos Sociais, ele fez uma especialização em História do Brasil e, há quatro anos, um MBA de Gestão de Pessoas. A empresa bancou parte dos estudos e ele conseguiu ser promovido, primeiro para assistente de logística, e, mais recentemente, para coordenador de manufatura.

Segundo Candido, o salário aumentou, mas outros benefícios importantes vieram com os estudos. "Passei a me desenvolver melhor, a ter uma visão mais do todo, aprimorei a forma de me comunicar e passei a entender melhor os processos internos", afirma. Candido diz que uma conjunção de fatores – o casamento cedo e o nascimento do filho – fizeram com que ele adiasse a faculdade. "Também houve um certo comodismo. Achava que aquela função era suficiente. Mas hoje sou a prova de que o estudo vale a pena. Tenho uma visão do mundo mais apurada, tenho mais autocrítica", diz. O próximo passo é fazer um mestrado, projeto que deve ser tocado dentro de um a dois anos. "O mercado de trabalho está muito aquecido e temos muitas oportunidades de crescimento", afirma.

Douglas José dos Santos, 42 anos, começou a trabalhar na New Holland há 26 anos, enquanto ainda cursava o ensino médio e um curso técnico. Depois de passar por vários departamentos dentro da empresa, Santos havia chegado ao limite salarial e profissional que sua escolaridade permitia. Em 2005 ele entrou na faculdade, no curso de Administração de Empresas com Ênfase em Logística, e viu as portas se abrirem na empresa. "De imediato meu salário dobrou. Hoje sei que posso triplicar ou quadruplicar minha renda em relação ao que ganhava como técnico, porque tenho várias oportunidades de crescimento profissional e a empresa acredita na minha capacidade de expansão. Já viajei para o exterior e sei que isso é um reflexo da minha graduação. Estava limitado e agora posso crescer ainda mais", afirma o especialista de marketing de produtos.

## **Homens ganham até 51% mais que mulheres**

26/05/2011- Gazeta do Povo

Além da escolaridade, o sexo do empregado também influencia na remuneração. Os homens chegam a ganhar até 51% mais que as mulheres no Paraná. O levantamento mostra que os homens ainda são maioria no mercado de trabalho e ainda são poucos os setores com predominância feminina.

Entre as 20 atividades pesquisadas pelo IBGE em 2009, apenas cinco são dominadas por mulheres: saúde humana e serviços sociais (76,9%), educação (67,3%), alojamento e alimentação (54,1%), atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (52,6%) e outras atividades de serviços (51,6%). Já os homens dominam as atividades de construção (92,2%), indústrias extrativas (90%), transporte, armazenagem e correio (84,2%), agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (84,1%), água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (81,6%) e eletricidade e gás (81,1%).

Há também diferenças quando se leva em consideração o porte dos empregadores. "Os homens são maioria nas grandes empresas. O sexo feminino tem presença maior nas pequenas e médias companhias, o que também se reflete nas médias

salariais”, afirma Denise Guichard Freire, gerente de análise do Cadastro Geral de Empresas (Cempre) do IBGE.

“Os homens acabam tendo mais acesso a funções que remuneram mais, como cargos de chefia. Além disso, ainda há discriminação nos salários pagos a homens e mulheres que exercem a mesma função, fazendo com que a desigualdade de gênero seja um outro problema do mercado de trabalho brasileiro”, acrescenta Cid Cordeiro, analista do Dieese.

## Movimento foi tímido em Curitiba

26/05/2011- Gazeta do Povo

O movimento pelo Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte, realizado ontem em 14 cidades brasileiras, ocorreu de maneira bastante tímida na capital paranaense. O protesto, capitaneado em Curitiba pela Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje), tinha como objetivo conscientizar os cidadãos em relação a quanto se paga de imposto.

Os funcionários públicos Bruno Rodrigues e Elton Slomp ligaram para três estabelecimentos antes de sair para o almoço, mas apenas um disse estar participando. “Acabamos vindo aqui ao Babilônia, mesmo sendo o restaurante mais longe, porque é importante participar de iniciativas assim”, disse Elton.

O Babilônia, no Batel, que pertence ao presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes do Paraná (Abrasel-PR), Marcelo Woellner Pereira, aderiu ao movimento oferecendo descontos de 30% em todo o cardápio. “Tivemos um aumento de 35% a 40% no movimento por conta do protesto”, conta Pereira.

Já o Armazém Italiano, de Bruno Draghi, ex-presidente da Abrasel Paraná, limitou a redução da valores a um único prato, mas apenas depois de ter sido procurado por consumidores que tinham lido nos jornais ou na internet a respeito do movimento. “Faltou articulação para fazer algo maior e melhor divulgado, envolvendo os 600 estabelecimentos da Abrasel. Eu tinha retirado minha participação, mas resolvi participar com um prato. Ainda sim, tive cerca de 40% de acréscimo na clientela do dia”, contou.

O empresário Francisco Urban, proprietário do Bar do Victor, explicou que havia desistido de participar também na noite anterior, assim como o Armazém Italiano. “Espero que para as próximas datas haja uma articulação maior, com mais tempo, e que mais empresários possam participar, mas de modo mais organizado.”

Dentre tantos tributos, os empresários reclamavam, principalmente, da alta carga tributária sobre a folha salarial – 20% são pagos como contribuição para a Previdência Social, algo bastante pesado para um setor que emprega 300 mil funcionários em todo o estado. “Poderíamos empregar mais pessoas se a carga fosse menor”, diz Pereira. Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), os brasileiros trabalharão até o dia 29 deste mês apenas para pagar impostos.

O presidente do Conselho dos Jovens Empresários (CJE) da Associação Comercial do Paraná (ACP), responsável pela organização dos protestos em Curitiba, Monroe Olsen, foi procurado pela reportagem para comentar as falhas na articulação, mas não foi encontrado.

## **Gasolina**

Nas cidades em que o movimento promoveu a venda de combustível sem impostos, a estimativa é de que tenham sido comercializados cerca de 25 mil litros de gasolina. O protesto ocorreu em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Manaus, Brasília, Vitória, Colatina (ES), Linhares (ES), Caxias (RS), Florianópolis, Blumenau (SC), Lages (SC), Joinville (SC) e Santa Rosa do Sul (SC).

Em Porto Alegre, motoristas formaram filas desde a madrugada do dia anterior para pagar menos ao abastecer. Em vez do preço normal de R\$ 2,79, o litro da gasolina vendida no posto custou R\$ 1,40, o que significa um desconto de 53,03% referente a impostos sobre o combustível. A partir das 8 horas houve distribuição de senhas para os motoristas, que podiam comprar no máximo 20 litros.

## **Acordo com a Argentina vai demorar, afirma ministro**

26/05/2011- Gazeta do Povo

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, avaliou ontem que um acordo com a Argentina para tirar as amarras ao comércio bilateral "ainda vai demorar". Para ele, o resultado dos dois dias de negociações que ocorreram em Buenos Aires nesta semana não pode ser considerado um fracasso. "Negociou-se bastante. Avançamos no sentido de conhecer a posição deles e eles entenderem a nossa. Não acho que foi um fracasso", disse. Uma nova rodada de negociação ocorrerá em Brasília, ainda sem data marcada. Até lá, o Brasil continuará adotando o sistema de licenciamento não automático para as importações de automóveis. Os argentinos querem negociar um acordo estabelecendo cotas para a entrada de produtos brasileiros no país. "Por isso que é difícil avançar neste caminho. Foi uma sugestão que surgiu lá. Os negociadores brasileiros disseram que é complicado, porque têm de ouvir o setor privado brasileiro. Por isso, ficou meio parado", narrou o ministro.

## **Santander e Itaú terão de restituir clientes**

26/05/2011- Gazeta do Povo

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro (MPF-RJ) anunciou ter enviado recomendações aos bancos Santander e Itaú Unibanco para que devolvam aos clientes R\$ 430 milhões, ao todo, obtidos com tarifas cobradas indevidamente entre 2008 e 2010. Caso não façam a restituição, o MPF alerta que as instituições poderão ser alvo de processos judiciais, por descumprirem regulamentação do Banco Central (BC).

"O próprio Banco Central já se manifestou sobre a ilegalidade destas tarifas. Esta é uma recomendação; o próximo passo é ajuizar uma ação civil pública, o que não deve demorar muito, talvez algumas semanas", afirmou o procurador da República Claudio Gheventer, autor da recomendação.

O Santander deve ressarcir cerca de R\$ 265 milhões pelo repasse de encargos de operações de crédito (Reoc), enquanto o Itaú Unibanco deve restituir mais de R\$ 165 milhões cobrados por "Comissão sobre Operações Ativas (COA)" e multas por devoluções de cheques. A Reoc se refere a custos incorridos pelo banco em operações de crédito e arrendamento mercantil que eram repassados ao cliente. Já a COA era cobrada quando concedido crédito rotativo ou refinanciamento de operações

no cartão de crédito (nesses casos, operações de cartão de crédito transformam-se em operações de crédito).

## **Ressarcimento**

A recomendação baseou-se em inquérito civil público que apurou que o BC definiu os três casos como não passíveis de cobrança, tendo em vista a regulamentação sobre tarifas bancárias que entrou em vigor em 30 de abril de 2008. As cobranças do Santander foram feitas entre junho de 2008 e agosto de 2009, mesmo após ter sido comunicado pelo BC da irregularidade em janeiro de 2009, diz o MPF. O Santander se dispôs a ressarcir somente a quantia cobrada após a comunicação e tem um plano de devolução já em andamento. O crédito seria feito em conta corrente. Mas o MPF rejeita a proposta, pois a resolução do BC que rege a regularidade das cobranças já estava em vigor.

Segundo o órgão, o Itaú Unibanco cobrou e se negou a devolver R\$ 26,50 de multa por cada cheque devolvido entre abril de 2008 e maio de 2009 (ao todo, a multa rendeu R\$ 64,2 milhões). Além disso, debitou irregularmente R\$ 100,8 milhões por meio da COA, entre maio de 2008 e abril de 2010, e se prontificou a restituir apenas os valores cobrados a partir de setembro de 2009.

Esta não é a primeira recomendação feita pelo órgão. Em março, o MPF enviou recomendações ao HSBC, Santander e Itaú Unibanco por outra cobrança indevida, a comissão de disponibilização de limite de cheque especial.

## **Governo propõe zerar alíquota do INSS**

26/05/2011- Gazeta do Povo

O governo quer reduzir a zero, num prazo de três anos, a contribuição de 20% para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), hoje recolhida sobre a folha salarial. No governo anterior, a proposta apresentada previa uma desoneração parcial, cortando a alíquota de 20% para 14%. Os primeiros detalhes da proposta do governo de desoneração da folha foram apresentados ontem pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, em reunião com representantes das centrais sindicais.

Em contrapartida, será criado um novo tributo, a ser cobrado sobre o faturamento das empresas, cuja arrecadação passará a financiar a Previdência. As alíquotas do novo tributo seriam diferenciadas por setor. A indústria pagará a menor alíquota, que será algo entre 1,5% a 2%. Os bancos, por sua vez, sofrerão uma tributação mais pesada. Os estudos técnicos propuseram tributar mais fortemente o setor de serviços e desonerar a indústria porque o propósito dessa alteração tributária é aumentar a competitividade dos produtos brasileiros.

“Vai na direção do que a gente queria”, disse o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, deputado pelo PDT de São Paulo, sobre a proposta. Os sindicalistas temiam que, com a desoneração da folha, as contas da Previdência fossem enfraquecidas. Isso poderia servir de pretexto para novas reformas que poderiam mexer nas regras trabalhistas. A nova contribuição sobre o faturamento afasta essas preocupações, pois garante uma fonte de financiamento mais ampla para o INSS.

“Antes de qualquer discussão, quisemos saber duas coisas do ministro: se os direitos dos trabalhadores seriam afetados e se a Previdência seria mantida”, contou o secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Canindé Pegado. Ele considerou a proposta positiva.

## **Rombo**

Num primeiro momento, a nova contribuição sobre o faturamento vai apenas manter a arrecadação da Previdência, disse Paulinho. “Mas é para arrecadar mais, é para cobrir o rombo”, acrescentou Pegado. As simulações sobre as alíquotas da nova contribuição para cada setor e a arrecadação esperada serão entregues às centrais. Para isso, foi criado um grupo de trabalho que vai receber e analisar esses dados. Uma nova reunião foi marcada para o próximo dia 2.

A nova contribuição sobre o faturamento era a opção mais forte nos bastidores, mas a área técnica examinou também a possibilidade de cobrá-la sobre o valor agregado pelas empresas ao produto. Essa segunda opção é defendida pela indústria. A Receita Federal, porém, avaliou que a tributação sobre o valor agregado seria algo muito complexo para se implantar.

## **Ferroeste tem oito propostas para estudo**

26/05/2011- Gazeta do Povo

Foram abertas ontem as propostas de oito empresas interessadas em elaborar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) do novo trecho da Ferroeste ligando Maracaju, no Mato Grosso do Sul, ao Porto de Paranaguá, no litoral paranaense.

A abertura dos envelopes aconteceu na sede da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, estatal vinculada ao Ministério dos Transportes. Segundo o presidente da Ferroeste, Maurício Querino Theodoro, não há previsão para divulgação da empresa ganhadora, mas após a escolha, o projeto deve ser apresentado em até 180 dias. “Só então abriremos uma nova licitação, dessa vez para a execução do projeto”.

Na prática, o novo trecho vai ampliar a Ferroeste dos atuais 248 quilômetros para 1.116 quilômetros. O limite de valor para o estudo é R\$ 6,75 milhões, bancados pela própria Valec. A intenção é incluir o projeto na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Enquanto isso, as secretarias estaduais de Infraestrutura e Logística, Planejamento e Agricultura trabalham em um projeto de racionalização de custos da ferrovia – a empresa acumularia R\$ 6 milhões de dívidas desde gestões anteriores – e a criação de um selo para os produtos paranaenses. “A ideia é também eliminar a fila no Porto de Paranaguá, criando bolsões de três mil caminhões no interior e controlando melhor o tráfego”, diz Theodoro.

Do montante de débitos da Ferroeste, cerca de R\$ 700 mil seriam gastos não reconhecidos ainda pelo governo anterior (de Orlando Pessuti), como eventos de mídia de divulgação pública, e que estariam sendo investigados. Uma auditoria contratada por Pessuti e feita no ano passado pela Audiacta Auditores e Consultores – referente ao período de 2009 e agosto de 2010 – gerou um relatório, que foi entregue ainda no fim do ano à Procuradoria-Geral do Estado, à Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) e ao Tribunal de Contas do Estado (TC). Segundo Theodoro, os órgãos ainda não se manifestaram sobre o caso e o tal novo projeto para a empresa deverá ser divulgado dentro das próximas semanas.

## **Governo prevê dificuldade para mudar o Código**

26/05/2011- Gazeta do Povo

O governo prevê dificuldades para reverter, no Senado, os pontos polêmicos aprovados pela Câmara na reforma do Código Florestal. Depois da derrota imposta por deputados da base, o Palácio do Planalto começou a agir para tentar alterar no Senado os trechos que considera inaceitáveis no projeto: a anistia aos desmatadores e a perda da União da exclusividade de regulamentar determinados pontos da lei (essa responsabilidade passa a ser dividida com os estados).

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), confirmou ontem que o texto do novo Código aprovado na Câmara será alterado quando chegar ao Senado. "O Senado vai mexer no Código Florestal. Vai dar as suas contribuições", disse.

A ressaca da derrota fez ainda com que o Planalto mapeasse informalmente as condições de aprovar as novas mudanças no Senado. O governo também decidiu trabalhar pela indicação do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) para relatar o texto do novo Código. Ligado à área ambientalista, Rollemberg ficaria com a tarefa de finalizar o texto na Comissão de Meio Ambiente antes de submetê-lo à votação no plenário.

O senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), que chegou a ser convidado para relatar o Código, acabou indicado pelo líder governista Romero Jucá (PMDB-RR) para analisar a matéria somente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que não discute o mérito da proposta. Ex-governador de Santa Catarina, Luiz Henrique é ligado à bancada ruralista. Durante o seu governo, ele sancionou a lei catarinense, hoje questionada no Supremo Tribunal Federal, que permitiu a realização de atividades econômicas em APPs (Áreas de Preservação Permanente), ponto semelhante ao aprovado pela Câmara sem o aval do governo.

Áreas sensíveis, as APPs englobam, por exemplo, topos de morro e várzeas de rios, sendo consideradas importantes para a produção de água e a proteção do solo contra a erosão daí o fato de receberem proteção especial.

No Senado, a ordem é ganhar tempo para que os governistas elaborem um texto favorável ao Planalto, mas que agrade também a ruralistas e ambientalistas. Jucá disse que vai pedir a prorrogação por 120 dias do decreto que suspende os efeitos da lei de crimes ambientais. Isso, na prática, pode deixar a votação do Código para o segundo semestre deste ano. A suspensão do decreto vence no dia 11 de junho. Ele pune com multa quem não estiver em conformidade com a lei ambiental. E é o principal argumento dos ruralistas para a pressão na votação do novo Código, já que produtores rurais de todo o país seriam multados. Com a nova lei, eles ganhariam anistia.

## Inadimplência das empresas cai 7,9% em abril

26/05/2011- Gazeta do Povo

A inadimplência das empresas caiu 7,9% em abril em relação a março, informou nesta quarta-feira a **Serasa Experian**. Segundo a entidade, a atividade econômica aquecida e os feriados de **Tiradentes e Páscoa**, além do menor número de dias úteis (19 dias em abril contra 21 dias úteis em março) contribuíram para a redução do indicador de inadimplência.

Em nota, a Serasa Experian diz que "o aumento dos juros e o encarecimento do crédito para as empresas, decorrentes da política monetária para o combate à inflação, estão sendo compensados, em parte, pelo maior volume de vendas". No

entanto, afirma também que "tal ambiente de custos financeiros mais elevados já produz uma inadimplência das empresas, em 2011, superior aos níveis de 2010".

De janeiro a abril deste ano, a inadimplência das empresas aumentou 3%, em relação ao mesmo período de 2010. Na comparação de abril de 2011 com abril de 2010, a Serasa Experian registrou alta de 8% na inadimplência.

Considerando a decomposição do indicador, a inadimplência nas dívidas bancárias foi o único item que apresentou crescimento de março para abril deste ano (7%). O registro de protestos diminuiu 12,9% e o de cheques sem fundo caiu 13,6%.

No primeiro quadrimestre do ano, o valor médio das dívidas das empresas com os bancos foi de R\$ 5.073,92, alta de 6% ante igual período de 2010. Na mesma base de comparação, o valor médio dos títulos protestados ficou em R\$ 1.705,21, alta de 7,5%. No caso dos cheques sem fundos, houve aumento de 2,5% do valor médio, para R\$ 2.051,04.

Em relação ao porte das empresas, a inadimplência caiu em abril ante março entre todas elas, sendo que "a das micro e pequenas recuou 7,9%, a das médias 7,6% e a das grandes, 10%", diz a Serasa Experian. "Já na comparação com abril de 2010, todos os portes tiveram elevação: 8,4% nas micro e pequenas, 5,1% nas médias e 1,9% nas grandes empresas", completa a nota da entidade.

## **Greve na Volks caminha para ser a maior da história da unidade**

26/05/2011- O Estado do Paraná

A greve na Volkswagen de São José dos Pinhais completou nesta quarta-feira (25) 21 dias que, até então, era o maior período de paralisação das atividades na história da unidade paranaense.

Porém, como não houve qualquer tentativa de renegociação da proposta por parte da empresa para o valor a ser pago pela Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2011, os trabalhadores decidiram em assembleia realizada, nesta tarde, por manter a greve até a próxima sexta-feira (27), quando eles se reunirão novamente, às 6h, em frente à unidade.

Sendo assim, a greve deste ano se configurará na maior de toda a história da fábrica da Volks em São José dos Pinhais. Em 2009, a mesma unidade ficou em greve por 21 dias em função da negociação salarial daquele ano.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), os 21 dias de paralisação na produção em São José dos Pinhais já representam um prejuízo de R\$ 425 milhões, pois mais de 12.150 mil veículos deixaram de ser fabricados neste período. O valor médio de cada veículo é R\$ 35 mil.

A reivindicação dos trabalhadores é por uma antecipação de PLR no valor de R\$ 6 mil.

A empresa, no entanto, ofereceu R\$ 4,6 mil para a unidade paranaense. Na unidade da Volks no ABC, a antecipação ficou em R\$ 5,2 mil.

Outra questão que reforça o impasse nas negociações é que o total da PLR deste ano fique em um valor mínimo de R\$ 12 mil, caso os dias parados não sejam descontados e, de R\$ 15 mil, se houver desconto.

O SMC defende essa segurança no valor mínimo da PLR, para o cumprimento de 100% das metas, porque os trabalhadores da Volks no Paraná, possuem uma remuneração inferior aos paulistas e, em 2010, a PLR paga em São Paulo chegou a R\$ 11 mil, enquanto no Paraná ficou em R\$ 9 mil.

## Cresce a oferta de vagas no PR, mas salários ficam abaixo da média

26/05/2011- O Estado do Paraná

Apesar de ultrapassar o Rio Grande do Sul no número de pessoas assalariadas em empresas, passando a ocupar a quarta colocação no ranking nacional – (6,3% ante a 6,2%), o Paraná não teve o mesmo desempenho em relação aos valores salariais. Os trabalhadores das empresas no Estado recebem um salário mínimo médio menor do que a média nacional. Os dados fazem parte do estudo Cadastro Central de Empresas 2009(CEMPRE-2009), divulgado na manhã desta quarta-feira (25), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os estados com os maiores salários médios foram o Distrito Federal (6,7 salários mínimos), Rio de Janeiro, São Paulo e Amapá (3,9 salários mínimos cada um), e Roraima, com 3,6 salários mínimos, todos valores acima da média nacional (3,3 salários mínimos). Já os menores salários médios ficavam na Paraíba (2,3 salários mínimos) e Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas (2,5 salários mínimos cada um). No Paraná, segundo o IBGE, são 2,9 salários mínimos, ficando junto com Santa Catarina, na 13.<sup>a</sup> posição neste ranking.

### Oportunidades

O Estado ficou na quarta colocação em relação à criação de novos empregos. O Paraná gerou 99,7 mil novas vagas, atrás de São Paulo (305,4 mil), Minas Gerais (121,3 mil), Bahia (120,7 mil). Outro número que aponta o bom desempenho do Estado se refere à participação das mulheres no pessoal ocupado assalariado (36,9%). É a quarta maior participação entre os estados. Em primeiro ficou Santa Catarina (39,6%), Rio Grande do Sul (38,5%) e Roraima (37,3%).

Quanto ao nível de escolaridade, as maiores participações de pessoal assalariado com nível superior estavam no Distrito Federal (13,2%), no Rio de Janeiro (11,9%), São Paulo (11,6%), Paraíba (8,9%) e Paraná (8,8%) enquanto as maiores participações de pessoal ocupado sem nível superior foram observadas em Rondônia (95,2%), Acre (95,0%) e Alagoas (94,5%).

## **Nacional**

Em 2009, as 4,8 milhões de empresas e outras organizações integrantes do CEMPRE reuniam 40,2 milhões de assalariados, sendo que 23,4 milhões eram homens (58,1% do total) e 33,6 milhões não tinham nível superior (83,5% do total). Embora houvesse diferenças salariais significativas entre homens e mulheres – eles ganhavam 24,1% a mais –, a desigualdade era maior entre os trabalhadores com e sem nível superior: aqueles que concluíram faculdade recebiam um salário 225% maior.

Os homens eram maioria em 15 das 20 atividades econômicas. As microempresas tinham a maior proporção de mulheres (45,1%) e a menor de assalariados com nível superior (4,7%). As grandes empresas empregavam 57,7% dos assalariados com nível superior e um em cada cinco desses trabalhava na indústria de transformação.

Considerando apenas as entidades empresariais, o número de assalariados aumentou 4,6% na comparação de 2009 com o ano anterior, uma redução no ritmo de crescimento: o acréscimo havia sido de 9,1% em 2007 e de 6,5% em 2008.

As empresas e outras organizações formais ativas cadastradas no CEMPRE ocupavam 46,7 milhões de pessoas em 2009, sendo 40,2 milhões (86,1%) como pessoal ocupado assalariado e 6,5 milhões (13,9%) na condição de sócio ou proprietário. Os salários e outras remunerações pagos totalizaram R\$ 781,9 bilhões. O salário médio mensal foi de R\$ 1.540,59, equivalente a 3,3 salários mínimos (o valor médio do salário mínimo mensal era de R\$ 461,15).

Na comparação com o ano de 2008, houve um incremento de 5,2% no total de empresas e outras organizações, de 4,6 para 4,8 milhões. O pessoal ocupado total cresceu 4,7%, de 44,6 para 46,7 milhões, e o contingente de assalariados também cresceu 4,7%, de 38,4 milhões para 40,2 milhões de pessoas. O salário médio mensal aumentou 4,7%, em termos reais, passando de R\$ 1.471,07 para R\$ 1.540,59.

Três atividades econômicas se destacaram no estudo, representando juntas 56,1% do pessoal ocupado total, 56,3% do pessoal ocupado assalariado e 57,9% dos salários e outras remunerações: administração pública, defesa e seguridade social, indústrias de transformação e comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas.

## **Regiões**

Em nível regional, em 2009, em comparação com o ano anterior, a região Sudeste foi a que apresentou o maior incremento no pessoal assalariado, com 548,1 mil novos empregos nas unidades locais das empresas, do total de 1,2 milhão de novos empregos nas empresas no ano. A região Nordeste ficou na segunda colocação, com 341,4 mil novos empregos, e a região Sul, na terceira, com mais 186,1 mil pessoas assalariadas. As regiões Centro-Oeste e Norte apresentaram incrementos de 97,2 mil e 67,0 mil, respectivamente.

A redução na geração de novos empregos entre 2007 e 2009 não foi homogênea entre as regiões. Em todas elas, houve redução no saldo entre 2007 e 2008. Contudo, em 2009, a região Nordeste apresentou crescimento no saldo, enquanto as demais apresentam redução.

## **Fazenda obtém acordo de R\$ 80 mil com empresas devedoras**

26/05/2011- O Estado do Paraná

No primeiro dia da operação Alerta Fiscal, que prossegue até sexta-feira (27) em Maringá, Noroeste do Paraná, a Receita Estadual obteve acordo com duas grandes empresas que somam R\$ 810 mil em débitos atrasados. Essas empresas aceitaram proposta de parcelamento da dívida. No total, a dívida ativa das empresas estabelecidas no município chega a R\$ 392 milhões. Duzentas empresas que detêm os maiores débitos – cerca de R\$ 20 milhões – serão procuradas durante a operação; das 34 contactadas na terça-feira (24), dez agendaram encontro com auditores fiscais e procuradores do Estado para chegar a um acordo.

Cerca de 150 auditores fiscais da Receita Estadual, com apoio de dez procuradores da Procuradoria Geral do Estado, participam da operação, que será estendida a todas as regiões do Paraná num esforço para recuperar parte dos débitos de empresas cujos processos já foram decididos pela Justiça, que somam cerca de R\$ 13 bilhões, ou seja, metade do orçamento anual do Paraná.

Um caminhão-tanque carregado de gasolina foi lacrado durante a operação, que visitou inicialmente 30 postos de combustíveis. Destes, apenas um recebeu auto de infração porque tinha 3,5 mil litros de álcool sem nota fiscal. Os mesmos postos podem ser visitados novamente na quinta-feira, para comparação com o estoque registrado hoje.

As equipes da operação estiveram ainda em 58 empresas em ruas de comércio e outras 27 lojas num shopping atacadista. Os auditores fiscais apreenderam cinco Emissores de Cupom Fiscal (ECF); três não eram autorizados pela Receita Estadual e dois eram fraudados.

O Alerta Fiscal inclui operações volantes para verificação de recolhimento de IPVA e de carga e descarga. No primeiro caso, o sistema online de verificação de débitos consultou 986 veículos, o que resultou em 30 retenções, porque os veículos tinham débitos em atraso entre os anos de 2008 e 2010. Operando em quatro pontos fixos, as volantes que inspecionaram veículos de carga lavraram 49 autos de infração pela inexistência de nota fiscal ou carga diferente do que constava no documento.

O coordenador da operação, inspetor-geral de fiscalização Clóvis Rogge, considerou que os números do primeiro dia ficaram dentro da expectativa. Segundo ele, a ideia não é a punição pura e simples, mas a conscientização do contribuinte.

## Petrobras cancela acordos com Bertin

26/05/2011- Valor Econômico

A Petrobras encerrou todos os contratos e termos de compromisso de fornecimento de mais de 6 milhões de metros cúbicos de gás natural que tinha com as cinco usinas termelétricas do grupo Bertin, que usariam esse tipo de combustível em suas operações. Juntas, essas térmicas representavam uma garantia firme de energia ao sistema de 872 megawatts (MW) e uma receita anual para o grupo de R\$ 575 milhões.

Sem o contrato do combustível, a já difícil situação do grupo, que deve quase R\$ 1 bilhão em garantias ao sistema devido ter nove térmicas em atraso, se complica ainda mais. Ao todo, o Bertin é dono da concessão de 32 usinas termelétricas que têm obrigação de entrar em operação até o início de 2013, entregando energia firme de cerca de 3,5 mil MW ao sistema, de uma capacidade instalada de mais de 6 mil MW. Apenas cinco das usinas serão movidas a gás natural e justamente estas perderam neste mês qualquer possibilidade de ter o gás fornecido pela Petrobras.

A diretora de gás da estatal petrolífera, Maria das Graças Foster, explicou que apenas a usina José de Alencar, que deveria estar entregando 169 MW ao sistema desde janeiro deste ano, tinha contrato efetivo de gás assinado com a empresa. Para as outras quatro usinas, que têm obrigação de operar somente a partir de 2013, a Petrobras tinha apenas um termo de compromisso de fornecimento de combustível. De qualquer forma, todos os compromissos foram encerrados e comunicados à empresa, segundo Graça, por meio de notificações extrajudiciais.

Ontem, o **Valor** procurou o grupo Bertin e a resposta que obteve de sua assessoria de imprensa foi que a empresa não tinha nenhum problema nos contratos de gás com a Petrobras. Graça afirmou, entretanto, que desde o dia 16 de maio o contrato com a usina José de Alencar foi encerrado, pois a empresa não pagou os encargos mensais de opção que devia. "Investimos em terminal no Ceará e tínhamos 2,5 milhões de metros cúbicos de gás por dia disponível para a usina", disse Graça lembrando que no terreno ao lado, onde deveria estar a usina, não vê sinal de que a térmica será concluída.

As outras quatro usinas que perdem contratos do gás são as de Cacimbaes, Escolha, Joinville e João Neiva. Todas tiveram energia vendida em 2008 com termo de compromisso assinado pela Petrobras para o fornecimento de gás. Desde o ano passado, segundo Graça, a empresa procura o grupo Bertin, com notificações extrajudiciais, informando que sequer os contratos de gás foram assinados e, mesmo assim, não obteve resposta. "Diante disso, encerramos o termo de compromisso", informou Graça. "Já estamos em maio de 2011 e até agora não sabemos sequer onde a empresa vai construir as usinas para sabermos onde teríamos que investir para entregar o gás".

Com essa decisão, a Petrobras libera 6 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. Para se ter uma ideia do volume, essa quantia representou 10% de tudo o que foi consumido ontem no país de gás natural.

A decisão também retrata a grave situação que se apresenta ao governo não só com as térmicas oficialmente em atraso, com contratos de cerca de 700 MW, mas também com os cerca de 3 mil MW das 21 usinas do Bertin que tiveram energia vendida para fornecimento a partir de 2013. Quase um terço é das térmicas que acabam de ter

seus contratos encerrados com a Petrobras. Sem o combustível, as usinas perdem elegibilidade em qualquer financiamento.

O grupo Bertin está em uma empreitada para resolver a pendência de suas 32 usinas térmicas, a maior parte movida a óleo combustível. O conjunto delas, se e quando entrar em operação, representaria investimento de mais de R\$ 10 bilhões. Em 2008, o grupo vendeu energia de 21 usinas e já na época atrasou pagamento de garantias na Aneel.

Foi em 2009, depois que vendeu seu frigorífico ao JBS, que o grupo conseguiu se reerguer. Comprou a parte dos sócios da Equipav e ainda se aventurou a comprar as térmicas da Thermes em 2010. Duas delas, com potência de 300 MW, tiveram nesta semana a concessão cassada pela Aneel, pois têm dívida de R\$ 170 milhões com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

## Poupança pode secar já em 2012

26/05/2011- Valor Econômico

A poupança, principal fonte de financiamento do crédito imobiliário, pode ser insuficiente para atender a demanda do setor antes mesmo de 2013, data limite com a qual vinham trabalhando os bancos que atuam na área. Por conta disso, instituições começam a computar em seus cenários que enfrentarão a escassez de funding para o crédito imobiliário já a partir do ano que vem.

Entre os nomes que estão revisando a sua base de recursos frente à forte procura está a Caixa Econômica Federal, que detém, sozinha, 40,6% do financiamento à habitação, considerando-se só aqueles feitos com os recursos da caderneta. O banco federal prevê uma situação crítica a partir do segundo trimestre de 2012. Com a pulga atrás da orelha estão ainda os estrangeiros HSBC e Santander, que têm monitorado de perto a velocidade da captação em relação às novas contratações de empréstimo, para medir em que tempo a poupança vai rarear. Bradesco e Itaú, com saldos mais robustos da aplicação, ainda trabalham com disponibilidade até 2013.

Com o recente ciclo de alta da Selic, a poupança registra, desde o início do ano, saídas sucessivas de recursos e a captação, até o dia 19, estava negativa em quase R\$ 2 bilhões, em comparação aos R\$ 4,2 bilhões positivos observados no mesmo intervalo em 2010. Na outra ponta, os desembolsos mensais para financiar a aquisição de moradias, construção e reformas estão quase 60% maiores do que um ano antes. A taxa de crescimento supera e muito os 40% previstos pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

Pelas estatísticas da entidade, até abril as novas contratações somavam R\$ 22,2 bilhões, expansão de 54,7% em relação ao mesmo período de 2010. A seguir esse ritmo, a marca de R\$ 70 bilhões estimada para o ano deve ser superada, mas ainda não houve revisão.

Segundo Teotônio Rezende, consultor da vice-presidência de governo da Caixa, no fim do primeiro trimestre de 2012 os bancos estarão superaplicados no direcionamento básico da caderneta - o Banco Central (BC) determina que 65% da captação seja destinada ao crédito imobiliário.

"Haverá uma incapacidade. Mesmo mantendo o ritmo normal de crescimento (da caderneta), a aplicação dos recursos avança em velocidade superior ao dobro da captação. Por isso a convicção de que novos instrumentos de 'funding' serão necessários para complementar a poupança", diz.

O banco federal encerrou o primeiro trimestre com um saldo de R\$ 132,6 bilhões em depósitos de poupança, com acréscimo de 2,4% em relação a dezembro e de 19,08% sobre março de 2010. Até março, destinou R\$ 16 bilhões à habitação (operações com recursos da poupança), com crescimento de 60%.

Depois de se valer da securitização, empacotando numa emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) ativos gerados pelo banco, a Caixa tem na oferta de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) a seus clientes um paliativo. "Só que a LCI não é uma alternativa sustentável no longo prazo porque o custo de captação é mais elevado e o histórico é de curto prazo, diferentemente da poupança, que, apesar de ser um ativo de liquidez imediata, ao longo de 40 anos não apresentou grandes flutuações."

No Santander, os depósitos da caderneta encolheram 0,4% entre janeiro e março, com incremento de 17,1% em 12 meses, a R\$ 30,2 bilhões, enquanto o crédito imobiliário avançou 32,2% em doze meses, indo a R\$ 12,8 bilhões. "O cenário de esgotamento do 'funding' da poupança varia de instituição para instituição, mas, se a caderneta assumir ritmo menor e os ativos crescerem mais, o muro fica mais próximo", diz o diretor de negócios imobiliários, Roberto Machado. "Neste ano há o agravante da alta dos juros. A caderneta perdeu competitividade para outros investimentos, mesmo com o benefício fiscal. Tem que ser poupador convicto para ficar."

A alta dos juros que remuneram os títulos do governo também dificulta a securitização, já que o risco percebido pelo investidor nos papéis privados é maior e ele acaba exigindo prêmio adicional para adquirir os ativos, continua Machado. Enquanto se encaminham as discussões sobre novos instrumentos complementares, como o "covered bond" (espécie de CDB imobiliário), uma alternativa rápida que o governo poderia adotar é a liberação da parcela de 30% do recolhimento compulsório ao BC que os bancos têm de cumprir sobre as captações da poupança, diz.

Se a caderneta mantiver captação negativa, a conta de que o recurso da poupança será insuficiente para suprir a expansão do crédito a partir de 2013 naturalmente se acelera, diz o diretor de crédito imobiliário do HSBC, Antonio Barbosa. "Com expansão da ordem de 60% nos financiamentos e o decréscimo nos balanços da poupança, a vida para todo mundo fica mais complicada." Ele conta que o banco inglês tem poupança disponível para tocar o crescimento em 2011, com desembolsos previstos de R\$ 2 bilhões, o dobro do ano passado, e que tem se valido também das LCI, o que dá certo fôlego para avançar em 2012. Mas já a partir do ano que vem outras formas precisam ser estudadas.

No Bradesco, as novas contratações de empréstimos somaram, só nos três primeiros meses do ano, R\$ 3,7 bilhões, 37% da originação prevista para todo 2011, e não há intenção do banco de colocar o pé no freio, diz o diretor de crédito imobiliário, Cláudio Borges. Nesse mesmo intervalo, a poupança cresceu 2,2%, a R\$ 54,6 bilhões. Uma das saídas que o banco vê é se desfazer dos CRI que adquiriu no mercado e que servem para cumprir o direcionamento obrigatório da poupança.

## Eletronorte não pode pagar dívida com precatórios

26/05/2011- Valor Econômico

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por sete votos a três, que empresas de economia mista não podem pagar suas dívidas com precatórios. A Corte analisava um recurso da Sondotécnica Engenharia de Solos, que há 14 anos tenta receber, no Judiciário, uma dívida de mais de R\$ 280 milhões da Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil). O valor se refere a contratos para a elaboração de projetos e acompanhamento técnico das obras das usinas hidrelétricas de Samuel, em Rondônia, e Manso, em Mato Grosso, nas décadas de 70 e 80. A Sondotécnica processou a Eletronorte porque não recebeu pelos serviços prestados.

Mas já na fase de execução do processo, a Eletronorte argumentou que poderia pagar o valor com precatórios, seguindo o regime previsto no artigo 100 da Constituição Federal. A Eletronorte argumenta que, por prestar serviços públicos, estaria sujeita a esse regime. Segundo a empresa, entendimento contrário acarretaria prejuízos a suas atividades.

Em novembro do ano passado, quando começou o julgamento, o ex-ministro do STF, Ilmar Galvão, defendeu a Eletronorte no plenário. Ele exemplificou o caráter público dos serviços prestados pela empresa ressaltando que ela tem, entre outros, o dever de instalar linhas de transmissão em regiões de consumo escasso, onde as companhias privadas não estão presentes.

A Sondotécnica argumentou, por outro lado, que a Eletronorte é uma empresa de economia mista que presta serviços em um ambiente de concorrência. "Permitir o pagamento através de precatórios significaria conceder à Eletronorte um benefício que outras empresas do mesmo setor não têm", afirma o advogado Leonardo Rocha e Silva, do escritório Pinheiro Neto Advogados, que defendeu a empresa em parceria com o ex-ministro do STF, Aldir Passarinho.

Ao anunciar seu voto em novembro, o relator do caso, ministro Ayres Britto, deu razão à Eletronorte. Para ele, a empresa presta serviços públicos essenciais, sem fins lucrativos, em áreas carentes como a Amazônia - onde não haveria disputa com o setor privado. Segundo o ministro, a execução dos débitos através de precatórios afastaria o risco de interrupção desses serviços. Ayres Britto acrescentou que o que interessa não é a natureza jurídica da empresa, mas a atividade que realiza. Os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes seguiram o voto do relator.

O julgamento havia sido suspenso por um pedido de vista da ministra Ellen Gracie, que, em seu voto ontem, decidiu seguir o voto divergente do ministro Joaquim Barbosa. Para a ministra, como a Eletronorte atua em um ambiente de concorrência, ela não pode usufruir de privilégios fiscais que não são concedidos ao setor privado. Ela ressaltou que a empresa não atua em regime de monopólio. O entendimento foi acompanhado pelos ministros Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio e Cezar Peluso. A decisão, tomada pelo mecanismo de repercussão geral, é que a Eletronorte deve pagar suas dívidas pelo mesmo regime seguido pelas empresas privadas.

Para o advogado Péricles D'Avila Mendes Neto, do Pinheiro Neto Advogados, que também atuou em defesa da Eletronorte, o julgamento é importante porque garante segurança jurídica. "Quando a empresa fez o contrato, ela nunca imaginou que pudesse receber por precatórios", afirma. Ele ressalta que o julgamento se aplica, de maneira geral, às sociedades de economia mista atuando em regime de concorrência.

"Se todas elas pudessem usar o mesmo benefício de pagar dívidas com precatórios, seria um calote total", diz.

## Investimento no esporte traz benefícios sociais

26/05/2011- Agência CNI

**Simões Filho** - Além de melhorar a saúde, a prática de atividades esportivas é importante para garantir avanços sociais e econômicos ao país. A constatação é da pesquisa Produtividade em Jogo, realizada pelo [Serviço Social da Indústria \(SESI\)](#), divulgada nesta quarta-feira, 25 de maio, na abertura dos Jogos Nacionais do SESI, que se encerram no sábado, em Simões Filho, na região metropolitana de Salvador. O estudo, feito com 3.459 trabalhadores que participaram da etapa municipal dos Jogos do SESI em 2010, mostra que para cada R\$ 1 investido na organização da competição, o país ganha R\$ 11,50 em benefícios sociais e econômicos.

Esse retorno significativo é resultado de um modelo estatístico, cujo ponto de partida foi a definição da Escala de Valores do Esporte. Construída com base em literatura científica, a escala faz um diagnóstico do comportamento durante a prática da atividade esportiva, o desempenho no trabalho, as relações com colegas e chefes, além do estilo de vida dos entrevistados.

"Os resultados indicam que existe uma relação direta entre os valores esportivos promovidos pelos Jogos do SESI e a redução do presenteísmo", destaca a pesquisa. O termo presenteísmo define a situação em que o empregado comparece ao trabalho, mas, por motivo de doença, estresse ou desmotivação, não consegue alcançar o nível esperado de produtividade.

A avaliação das respostas a um questionário com 39 perguntas, aplicado antes e três meses depois da competição, aponta uma série de mudanças positivas no perfil e no desempenho dos trabalhadores que participaram dos Jogos Municipais 2010. Com essas mudanças, os trabalhadores ganharam, em média, quatro pontos na Escala de Valores do Esporte, depois de participarem da competição. Com base no modelo estatístico adotado pelo SESI, concluiu-se que cada ponto ganho na Escala de Valores equivale a uma redução de R\$ 32,34 no custo do presenteísmo ao ano, por trabalhador.

A partir desse dado, foi feito o cálculo da riqueza econômica gerada pelos Jogos do SESI de 2010. A conclusão é que a competição proporcionou R\$ 170.759.943,95 em riqueza econômica em um período de 40 anos em valores atuais. Esse valor foi encontrado a partir da multiplicação da média de pontos ganhos por trabalhador na Escala de Valores do Esporte (4 pontos) pelos R\$ 32,34 de redução do custo do presenteísmo e, ainda, pelo número total de participantes da etapa municipal, que é 224.184 trabalhadores.

O cálculo considera também três fatores de desconto principais: taxa de sobrevivência Brasil que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, é de 0,824 na faixa etária de 20 a 59 anos, a taxa de desemprego, e a taxa de juros básica (a Selic) de 2010, que foi de 9,89%.

Para realizar a etapa municipal dos Jogos em 2010, o SESI investiu R\$ 14.854.917,53 em valores econômicos. Dividindo-se a riqueza gerada com a redução do presenteísmo (R\$ 170.759.943,95) pela quantia aplicada na iniciativa (R\$ 14.854.917,53), chega-se à relação de que cada R\$ 1 investido no programa resulta em R\$ 11,50 em benefícios à sociedade.

“Queremos levar essas informações para as empresas verem os resultados do estímulo à prática esportiva. Isso certamente será um incentivo para as indústrias que investem no esporte para motivar os trabalhadores”, diz o gerente-executivo de Cultura, Lazer e Esporte do SESI, Eloir Simm.

**JOGOS NACIONAIS** – Os Jogos Nacionais do SESI começaram com partidas de voleibol, futebol sete, futsal e vôlei de praia. A competição reúne 1.087 trabalhadores de todo o Brasil, representantes de 234 empresas. Eles disputam medalhas de ouro, prata e bronze em dez modalidades: atletismo, futebol de campo, futebol sete master, futsal, natação, voleibol, tênis de mesa, tênis de quadra, vôlei de praia trio e xadrez.

Essa é a sétima edição dos Jogos Nacionais do SESI, cuja primeira etapa de seleção mobiliza mais de 2 milhões de trabalhadores no país. As seletivas para o Nacional começam em torneios realizados dentro das empresas, prosseguem em rodadas municipais e são complementadas em competições estaduais e regionais.

Os melhores atletas e as equipes que mais se destacam nos jogos regionais conquistam vagas na etapa nacional. Os campeões dos Jogos Nacionais representam o Brasil nos torneios internacionais. No ano passado, a 6ª edição dos Jogos Nacionais do SESI, realizada em Bento Gonçalves, na serra gaúcha, teve a participação de 1.050 trabalhadores de todo o país.

## CNI divulga Sondagem da Construção Civil

26/05/2011- Agência CNI

**Brasília** - A [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) divulga nesta quinta-feira, 26 de maio, às 11h00, a Sondagem da Construção Civil de abril. A divulgação será feita pelo site da [CNI](#) e por e-mail aos jornalistas cadastrados.

A pesquisa, realizada com 377 empresas entre 29 de abril e 17 de maio, revela, entre outros indicadores, a evolução da atividade e do emprego no setor. Informa também qual a expectativa dos empresários nos próximos seis meses sobre compras de insumos, contratação de pessoal e novos empreendimentos.

As entrevistas sobre a Sondagem da Construção Civil podem ser agendadas com a Assessoria de Imprensa da CNI nos telefones (61) 3317-9578 ou (61) 3317-9562.

## Desoneração total da folha de pagamento

26/05/2011- Newsletters Automotive

Pela primeira vez desde o início das discussões sobre a reforma tributária, o governo propôs a desoneração total da folha de pagamento das empresas, informaram representantes das centrais sindicais que se reuniram com o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Para compensar a perda de receita da Previdência Social, o governo aumentará os impostos que incidem sobre o faturamento das empresas.

De acordo com a proposta, a alíquota de 20% da folha de pagamento que as empresas pagam para contribuir à Previdência Social seria gradualmente zerada em três anos. Em 2008, o governo tinha proposto a redução da alíquota de 20% para 14%, mas as discussões não avançaram no Congresso. Neste ano, o governo tinha informado apenas que desoneraria a folha de pagamento, mas não tinha apresentado o percentual.

No lugar da contribuição sobre a folha de pagamento, o governo aumentaria o PIS/Cofins, contribuições que incidem sobre o faturamento, ou criaria um tributo específico para financiar a Previdência Social. As alíquotas seriam diferenciadas, conforme os setores da economia, sendo menores para atividades mais intensivas em mão de obra, como as indústrias, e mais altas para setores com alto grau de tecnologia, como bancos.

“As empresas mais desenvolvidas tecnologicamente faturam muito e têm poucos funcionários. Portanto, contribuem menos para a Previdência [Social] que uma indústria, como a de vestuários, que tem mão de obra intensiva”, disse o presidente da Força Sindical, o deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força (PDT-SP).

Segundo Paulo Pereira, um grupo de trabalho formado por representantes do governo e das centrais sindicais vai elaborar um estudo sobre as alíquotas a serem cobradas de cada setor da economia. As primeiras reuniões ocorrerão em junho. De acordo com ele, o governo pretende enviar a proposta ainda neste semestre ao Congresso Nacional para que a votação ocorra antes do fim do ano e a desoneração entre em vigor em 2012.

A reunião das centrais com o ministro da Fazenda durou quase três horas. Além do presidente da Força Sindical, compareceram ao encontro representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e mais quatro centrais sindicais. O secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, também esteve presente, mas não falou com a imprensa.

## **Chinesas: nova chance de negócios para concessionários**

26/05/2011- Newsletters Automotive

A investida das marcas chinesas no mercado brasileiro trouxe um novo elemento para o setor de distribuição no Brasil. Os empresários ganharam a chance de expandir os negócios com investimentos mais modestos.

“Há busca enorme de grupos interessados em abrir uma concessionária da JAC. A

minha maior dificuldade hoje é selecionar”, conta Mário Mizuta, diretor comercial e de expansão da rede da marca. Movimento bem diferente é registrado nas montadoras já consolidadas, como a Volkswagen. “Não é difícil nomear um concessionário, mas também não chove candidatos”, explica Álvaro Gomes, gerente de desenvolvimento da rede da companhia.

Não é difícil compreender o interesse pelas chinesas. Além do potencial de vendas dessas marcas que, em geral, oferecem preço atrativo e bom nível de equipamentos, a abertura das lojas exige investimento mais baixo do que o necessário para inaugurar a revenda de uma das quatro maiores montadoras do País, por exemplo.

Para abrir um ponto de venda das orientais Chery, JAC e CN Auto (importadora das marcas Jimbei e Hafei) é necessário aporte inicial que varia entre R\$ 700 mil e pouco mais de R\$ 1 milhão, dependendo da cidade e condições do imóvel onde a concessionária será instalada. Já a Volkswagen não divulga detalhes mas indica que o investimento é bem mais alto. “Em geral são necessários alguns milhões”, entrega Álvaro Gomes. O executivo aponta que boa parte do capital é destinada à reforma ou construção do imóvel, além da compra e instalação de equipamentos utilizados na oficina.

Wagner Montovani, diretor comercial da Chery, aponta que o nível de exigência das marcas tradicionais é maior. “O nosso showroom precisa abrigar de seis a dez carros com pelo menos dois box de venda, ter visual atraente e confortável para o cliente. Já as grandes montadoras exigem bem mais em relação ao espaço”, afirma.

## **Expansão**

As apostas no mercado nacional e o investimento mais baixo para abrir revendas são combinação ideal para a expansão da rede das marcas chinesas. “Hoje temos muitos empresários interessados em abrir concessionárias. Há dois anos era bem diferente”, explica Humberto Gandonpho, diretor comercial da CN Auto, que pretende ampliar sua rede de 53 para 70 revendas até agosto.

A Chery quer saltar de 77 para 100 concessionárias até o fim deste ano. Já a JAC Motors, além de ampliar a rede, pretende diversificar o controle das lojas para além do Grupo SHC. “A intenção é chegar a 80 concessionárias este ano e alcançar 150 até o fim de 2012, quando 50% das revendas devem pertencer a outros grupos e empresários”, prevê Mizuta.

As grandes montadoras também se movimentam para garantir suas fatias de vendas. Entre 2010 e 2011 a Fiat ampliou o número de concessionárias em 17%, para 590 pontos, já orientada para a previsão de expansão nas vendas e também para a demanda por serviços de manutenção.

A Volkswagen, que tem a maior rede do País atualmente, com 620 concessionárias, prefere não revelar números, mas garante que o avanço será compatível com o ritmo do mercado.

Em comum, tanto as marcas tradicionais do mercado brasileiro quanto as recém-

chegadas têm a intenção de crescer nas regiões acima do eixo Rio-São Paulo. "Os maiores volumes ainda estão concentrados nestas capitais, mas o Norte e o Nordeste estão crescendo em ritmo bem maior", analisa Mizuta, da JAC. Segundo levantamento da marca chinesa, o mercado brasileiro avançou 44% entre 2007 e 2010, com expansão de 15% das vendas em São Paulo. No mesmo período a alta foi de 65% em Salvador (BA).

## China não divulga dados sobre a produção de aço

26/05/2011- The Wall Street Journal/Valor Econômico

O mercado de aço da China é acompanhado atentamente pelas siderúrgicas de todo o mundo. Produtores da Europa, América do Norte e Ásia aumentam ou cortam a produção, em parte, com base na demanda chinesa. Preços e níveis de estoque, bem como a compra de matérias-primas como carvão e minério de ferro, refletem a saúde do mercado chinês.

Mas sem dados firmes da China o cálculo da oferta e demanda mundial de aço e o planejamento de acordo com ele se torna um exercício de adivinhação. Na sexta-feira, a Associação Mundial do Aço, que compila as estatísticas do setor, estimou que a China produziu 7,1% mais aço em abril do que no mesmo mês um ano antes. A China produziu cerca de 625 milhões de toneladas em 2010 e 2011 está se configurando como um ano de produção recorde no país.

A Associação Mundial do Aço baseia sua estimativa de produção em dados fornecidos pela agência de estatísticas do governo e pela Associação do Ferro e do Aço da China. A associação nacional, que afirma representar cerca de 75% dos produtores do país, incluindo a Wuhan Iron and Steel Co. e a BaoSteel Group Corp., a maior siderúrgica da China, depende de que seus membros divulguem voluntariamente números de produção precisos.

Os dados não incluem centenas de usinas menores, administradas independentemente, que não costumam divulgar a produção ou não a informam integralmente por motivos políticos ou logísticos. "Há uma área na qual não temos realmente fontes claras", diz Soo Jung Kim, porta-voz da Associação Mundial do Aço, que tem sede em Bruxelas. Ainda assim, ele disse que a associação tem confiança em seus números.

Na China, algumas siderúrgicas afirmam prontamente que não veem motivo para gastar tempo divulgando sua produção. "Informar nossa produção? Não, não precisamos fazer isso. Ninguém nos pediu para informar nosso número de produção", disse um homem de sobrenome Meng que se identificou como gerente de uma usina que fabrica 300.000 toneladas de aço por ano em Huanxizhuang, um vilarejo nos arredores de Tangshan, na província de Hebei, norte do país. Da mesma maneira, o gerente de uma usina próxima na cidade de Xinjuntun, de sobrenome Wen, disse que não vê necessidade em tornar públicos os detalhes de sua produção anual de 400.000 toneladas: "Somos uma empresa privada, a quem preciso informar?"

Peter Fish, da Meps Ltd., uma consultoria siderúrgica do Reino Unido, diz acreditar que a informação de produção inferior à real é, em parte, resultado da pressão política no setor de "cumprir metas antigas" de fechar usinas ineficientes até o fim do ano passado. "No papel isso foi conseguido com sucesso, mas na realidade muitas dessas usinas continuaram a produzir e evitaram o fechamento ao não submeter" dados de produção, diz.

Fish diz acreditar que os números anunciados pela agência de estatísticas chinesa e pela associação de siderúrgicas do país são inferiores à produção real em 45 milhões de toneladas, ou 7% a 10% da produção divulgada de 2010. Siderúrgicas menores podem passar despercebidas porque às vezes geram a própria eletricidade e a malha elétrica do país não está desenvolvida. Em vez disso, elas fabricam principalmente aço de baixa qualidade em usinas movidas a carvão.

"Ninguém realmente sabe quantas siderúrgicas existem na China", diz o analista Charles Bradford, da Bradford Research Inc. Segundo ele, os dados chineses são tão pouco confiáveis que nos últimos 30 anos ele prestou mais atenção ao consumo de eletricidade do país para ter uma ideia de quanto a produção de aço deve estar aumentando. Ele diz que a falta de informação sobre quanto aço é fabricado pode provocar volatilidade no mercado mundial.

O aço, diferentemente do cobre ou de outros metais, não é negociado numa bolsa como a Bolsa de Metais de Londres. Em vez disso, é comprado e vendido geralmente por meio de contratos privados entre a siderúrgica ou intermediário e um usuário, como uma montadora de automóveis. Pode haver muito mais aço armazenado na China do que outros produtores imaginam. Se a economia chinesa desaquecer, boa parte desse aço pode vir a ser exportada, o que derrubaria os preços ao redor do mundo.

Os preços do aço começaram a subir na China no mês passado, agora que passa o desaquecimento de inverno, mas os preços estão de maneira geral ainda abaixo - em 10% a 15% - dos da América do Norte e de algumas partes da Europa. O resto da indústria siderúrgica está observando se os preços na China vão cair de novo nos próximos meses, uma indicação de que há mais oferta que demanda no país. Peter Marcus, analista siderúrgico da World Steel Dynamics, diz que a política tributária da China também encorajou níveis mais altos de estoque de aço.

A China impõe impostos elevados sobre a exportação de aço bruto, como meio de encorajar a manutenção do produto no país e seu uso para a produção de itens de maior valor, como automóveis, eletrodomésticos e produtos de engenharia. Esses bens acabados podem então ser exportados. As siderúrgicas menores, que tendem a não divulgar a produção, podem ser forçadas a armazenar aço que teriam exportado se os impostos não fossem tão altos.

## **Capacitação da indústria de ferro gusa é tema de seminário sobre inovação.**

26/05/2011- Inmetro

O Inmetro é um dos organizadores do Seminário Inovação para uma Indústria Competitiva, que será realizado no dia 20 de maio, no auditório Dr. Marcelo Vianna, em Sete Lagoas (MG). O seminário será promovido no âmbito do Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação (Pró-Inova), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e tem como objetivo sensibilizar os empresários do setor do ferro gusa para a importância da tecnologia industrial básica (TIB) em prol do desenvolvimento tecnológico e a inovação nas

empresas.

A partir desse seminário, cursos serão oferecidos aos técnicos do setor, buscando melhorar suas competências nas áreas de metrologia, normalização e avaliação da conformidade. As aulas serão ministradas por técnicos do Inmetro e por professores de instituições de ensino superior com atuação no setor de siderurgia. A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais e a Unifemm também atuam na organização do programa.

A introdução de práticas inovadoras é de fundamental importância para que as empresas se coloquem em posição vantajosa num mundo em que a responsabilidade social e a sustentabilidade são exigências cada vez maiores.

O calendário dos cursos está disponível no site [www.unifemm.edu.br/inovagusa/](http://www.unifemm.edu.br/inovagusa/).

### **IR - Pessoa Física - Quota do IRPF com vencimento em 31/5 terá 1% de juros**

26/05/2011- Notas COAD

As pessoas físicas que optaram pelo parcelamento do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual do exercício de 2011, ano-calendário de 2010, deverão acrescer ao valor de cada quota, a partir da segunda, juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto para a entrega da declaração até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento.

### **Projeto de Lei - Funcionário que trabalha em casa poderá ter direitos trabalhistas previstos na CLT**

26/05/2011- Notas COAD

O empregado que executa suas atividades contratuais em seu domicílio, mantendo a comunicação com o empregador por meio de tecnologias da informação, poderá passar a ter assegurados os direitos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Medida nesse sentido consta de projeto aprovado nesta quarta-feira (25) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que segue para votação em Plenário.

O relator do projeto ([PLC 102/2007](#)), senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), explica que o artigo 6º da CLT já estabelece não haver distinção "entre o trabalho realizado

no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja caracterizada a relação de emprego".

No entanto, ele considera importante explicitar na lei a modalidade conhecida como teletrabalho ou tele-emprego. Conforme observa, esse é um tipo de trabalho em domicílio onde o empregado não mantém contato pessoal com seus chefes, mas se mantém em contato com eles fazendo uso de tecnologias da informação.

O texto inclui parágrafo único no artigo 6º da CLT estabelecendo que "os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio".

Para Casildo Maldaner, a medida vai beneficiar muitos brasileiros que já vivem a realidade do teletrabalho, mas que ainda enfrentam dificuldades em assegurar direitos trabalhistas. Conforme observa, a mudança na lei deverá evitar "disputas intermináveis nos tribunais, que podem prejudicar os interesses do trabalhador".

Antes de chegar à CAS, o projeto foi aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde recebeu parecer favorável do senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

FONTE: Agência Senado

## **Reforma Tributária - Equipe econômica rejeita proposta de alíquotas diferenciadas para ICMS interestadual**

26/05/2011- Notas COAD

O Ministério da Fazenda não aceitou a proposta dos governadores do Nordeste de estabelecer alíquotas diferenciadas para o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) interestadual conforme o grau de desenvolvimento do estado, disse há pouco o secretário executivo da pasta, Nelson Barbosa. De acordo com ele, essa não é a forma ideal de acabar com a guerra fiscal.

"Repetimos o que dissemos aos governadores do Sul e do Sudeste na semana passada. O governo federal considera melhor uma alíquota unificada mais baixa [para o ICMS interestadual]", disse o secretário após reunião com os governadores. A cobrança de alíquotas de 7% ou 2% de acordo com a renda per capita do estado havia sido sugerida pelo governador do Ceará, Cid Gomes, e ganhou o apoio dos demais governadores da região, que se encontraram hoje (24) com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O secretário, no entanto, admitiu que a equipe econômica está aberta a analisar a cobrança de alíquotas diferenciadas de tributos federais conforme o grau de desenvolvimento do estado para incentivar o desenvolvimento das regiões com menor renda per capita. "Esse é um modelo usado em vários países desenvolvidos", explicou Barbosa, destacando que a diferença, nesse caso, é que os incentivos fiscais são coordenados pelo governo federal ao não envolverem tributos estaduais como o ICMS.

Segundo Barbosa, os governadores do Nordeste manifestaram preocupação com o

comércio eletrônico. Atualmente, toda a arrecadação do ICMS das compras feitas pela internet fica com o estado onde a página na internet tem sede. Os estados da região sugeriram um acordo de repartição do imposto, nos moldes do que ocorre com os automóveis, cuja maior parte do imposto (55%) fica com os estados produtores e o restante (45%) com os estados consumidores.

O secretário afirmou que o governo federal defende o acordo, mas ressaltou que primeiramente os estados precisam chegar a um consenso para definir a forma de distribuição do ICMS. "Não nos interessa a concentração da arrecadação em poucos centros de distribuição [onde as páginas de internet têm domicílio]. Agora, a distribuição ideal tem de ser discutida pelos estados", disse.

Em relação à mudança dos indexadores da dívida dos estados, Barbosa voltou a afirmar que o governo federal admite discutir a questão, desde que haja o compromisso de que os demais itens da Lei de Responsabilidade Fiscal não sejam alterados. "O ministro está disposto a discutir, desde que apenas esse ponto da lei seja modificado. Não queremos abrir precedente para que diversos artigos da lei sejam mudados", disse o secretário.

Segundo ele, a equipe econômica está disposta a mudar apenas o indexador da dívida que ainda não venceu, sem recalculer os débitos já pagos pelos estados. Barbosa declarou que ainda não está definido se o governo editará uma medida provisória ou enviará ao Congresso um projeto de lei complementar para alterar a forma de correção da dívida: "Cada jurista tem uma interpretação diferente sobre a forma jurídica a ser usada".

Sobre o fundo de desenvolvimento regional que compensará os estados que perderem receita com a reforma tributária, Barbosa disse que a questão somente poderá ser debatida após o governo concluir os estudos sobre os prejuízos dos estados. Ele não informou uma data para o término dos trabalhos, apenas afirmou que será nas próximas semanas.

Fonte: Agência Brasil.

## **Direito Constitucional - Acidentes de trabalho: STF reafirma jurisprudência sobre competências**

26/05/2011- Notas COAD

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou hoje (25/5) jurisprudência da Corte segundo a qual cabe à Justiça do Trabalho julgar ações de indenização por dano material ou moral decorrentes de acidente de trabalho. Também foi firmado o entendimento de que é da competência da Justiça Comum analisar litígios surgidos da relação de caráter jurídico-administrativo entre defensores dativos (advogado nomeado para representar uma pessoa em um processo) e o Estado.

Pelo entendimento desta tarde, os ministros poderão decidir individualmente os processos sobre os dois temas, sem necessidade de julgamento no Plenário. As matérias foram analisadas por meio de dois processos com repercussão geral, instituto criado em 2004 pela Emenda Constitucional 45, da reforma do Judiciário.

A repercussão geral permite ao STF julgar somente os recursos que possuam relevância social, econômica, política ou jurídica. Quando um processo tem repercussão geral reconhecida, as demais instâncias do Judiciário devem aplicar o entendimento da Corte sobre a matéria a todos os recursos idênticos.

#### Danos materiais e morais

No primeiro processo julgado nesta tarde, o Recurso Extraordinário (RE) 600091, a Corte confirmou a competência da Justiça do Trabalho para julgar ações de indenização por dano material ou moral propostas pelos herdeiros de um trabalhador falecido contra a Fiat Automóveis S/A, que pretendia que o caso fosse analisado pela Justiça comum.

O relator do processo, ministro Dias Toffoli, lembrou que, no Supremo, a matéria foi pacificada no julgamento do Conflito de Competência (CC) 7204, em maio de 2009. Naquele julgamento, a Corte firmou entendimento de que, após a Emenda Constitucional 45, as ações de indenização por dano moral e material decorrentes de acidente de trabalho devem correr na Justiça do Trabalho.

O ministro Luiz Fux explicou que, no caso, os herdeiros se apresentam como se fossem o próprio trabalhador, já falecido. "É como se o próprio trabalhador tivesse reivindicado (a indenização). Como ele faleceu, os sucessores o fazem."

"O fato de ter alterado a legitimidade ativa não altera a competência. Na verdade, tornamos a assentar que é da competência da Justiça do Trabalho toda ação de indenização por dano material ou moral oriunda de acidente de trabalho", concluiu o presidente do STF, ministro Cezar Peluso.

#### Defensor dativo

O segundo processo julgado foi o Recurso Extraordinário (RE) 607520, em que o Estado de Minas Gerais recorreu de decisão que entendeu ser da competência da Justiça do Trabalho julgar processo em que uma advogada nomeada como defensora dativa exige o pagamento de honorários pelo governo.

Por maioria de votos, os ministros acolheram o pedido de Minas Gerais para que o processo tramite na Justiça comum, tendo em vista o vínculo jurídico-administrativo criado entre a advogada com o Poder Público estadual. "Ou seja, o fato de ela ter sido nomeada defensora dativa não criou uma relação de emprego com a administração pública do Estado de Minas Gerais", observou o ministro Dias Toffoli, que também relatou esse processo.

"Não se engendra nenhuma relação de trabalho. Na verdade, é uma relação que se funda no direito administrativo", afirmou o ministro Luiz Fux.

Os ministros Marco Aurélio e Ayres Britto divergiram. "No caso, a cláusula constitucional hoje alusiva à competência (da Justiça do Trabalho) é abrangente", afirmou Marco Aurélio. Para Ayres Britto, se a relação não for estatutária, a competência é da Justiça do Trabalho.

Processos: RE 600091 e RE 607520

FONTE: STF

### **Salário-Família - Para manter o benefício, empregador deve solicitar comprovante de frequência escolar**

26/05/2011- Notas COAD

O pagamento do salário-família será devido a partir da data da apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado, estando a manutenção do benefício condicionada à apresentação:

- a) anual, da caderneta de vacinação obrigatória do filho ou equiparado;
- b) semestral, do comprovante de frequência escolar, para filho ou equiparado.

Para os filhos a partir dos 7 anos de idade, é obrigatória a apresentação semestral do comprovante de frequência escolar, nos meses de maio e novembro.

A comprovação de frequência escolar será feita mediante apresentação de documento emitido pela escola, na forma da legislação própria, em nome do aluno, onde conste o registro de frequência regular ou de atestado do estabelecimento de ensino, confirmando a regularidade da matrícula e frequência escolar do aluno.

Tratando-se de menor inválido que não frequente escola por motivo de invalidez, deve ser apresentado atestado médico que confirme este fato.